

Turno de 6 horas deve ir para o voto

BRASÍLIA — Incluída, desde a sua aprovação, nas listas de supressões propostas pelo Centrão, pela Liderança do PFL e pelo Palácio do Planalto, a jornada máxima de seis horas de trabalho em turnos ininterruptos de revezamento deverá constituir-se em um dos pontos mais polêmicos do segundo turno. A Liderança do PMDB e os partidos de esquerda e centro-esquerda tentam negociar, propondo a retirada da expressão "máxima", mas a manutenção ou supressão do dispositivo deverá mesmo ser resolvida pelo voto.

Município pelo Palácio do Planalto, o Líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), usa um argumento forte para sustentar a supressão integral do dispositivo:

— Só na Siderbrás, será preciso criar 22 mil novos empregos, sem qualquer aumento na produção. Será nestas condições que concorreremos no mercado externo com o Japão e a Coreia, que têm tur-

nos de oito horas. Aachamos que podemos ficar mais ricos trabalhando menos.

Os líderes do Centrão têm a mesma preocupação, mas recorrem a outras razões: o Deputado José Lins (PFL-CE) lembra que há categorias interessadas em turnos maiores, como os enfermeiros e os petroleiros. Para ele, porém, a simples supressão da expressão "máxima" terá pouco significado, sendo insuficiente para promover um amplo acordo.

O Líder do PMDB, Deputado Nelson Jobim (RS), comprometido com a proposta de manter o dispositivo suprimindo apenas a palavra "máxima", contesta os centristas explicando que as categorias interessadas poderão ampliar o turno, pois o texto aprovado no primeiro turno (inciso XIV do artigo sétimo) prevê a jornada de máxima de seis horas "salvo negociação coletiva".

Certo de que os "moderados" não conseguirão 280 votos para suprimir o dispositivo, o Vice-Lí-

der do PT, José Genoíno (SP), confia na aprovação da proposta dos "progressistas".

— Isto ficou acertado entre todas as lideranças no primeiro turno. Agora, poderíamos manter o texto intacto, porque a direita abriu o acordo. Mas vamos fazer esta concessão, retirando a palavra "máxima".

Importante para a aprovação da supressão será o apoio do Líder do PTB, Deputado Gastone Righi (SP), que ajudou a aprovar os direitos trabalhistas no primeiro turno, votando contra o seu próprio grupo, o Centrão.

— Tirar o "máximo" já satisfaz a classe produtora e não tira o direito do trabalhador — disse.

Do Rio de Janeiro, o Presidente da Petrobrás, Armando Guedes Coelho, enviou telegrama ao Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e às Lideranças partidárias pedindo a supressão pura e simples do inciso. Ele afirma que "a tendência de alterar apenas parcialmente, através da eli-

minação da palavra 'máxima', o dispositivo que limita em seis horas o turno de revezamento, é alternativa que não retira os efeitos altamente negativos e onerosos da medida e não atende, portanto, às necessidades dos inúmeros segmentos industriais afetados, onde avultam os setores petroquímicos e, sobretudo, de petróleo, que serão severamente prejudicados, com substancial elevação dos custos de operação".

Também o Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia, André Musetti, manifestou-se sobre a hipótese de manutenção do dispositivo. Em telex ao Presidente José Sarney, cumprimenta-o pela posição tomada contra o turno de seis horas. Musetti observa que "somente a supressão total do inciso poderá eliminar os impactos extremamente negativos que a medida provocará na produtividade, nos custos e, em consequência, na competitividade das empresas que trabalham no regime de turno de revezamento".

Remendo

O DISPOSITIVO que tabela os juros em 12 por cento ao ano foi uma inovação da Constituinte considerada pela maioria dos especialistas como grotesca, pela simples razão de ignorar a realidade do mercado financeiro, no Brasil e no exterior.

A EMENDA acolhida pelo Relator Bernardo Cabral mantém o tabelamento mas elimina o teto constitucional de 12 por cento.

NÃO SE trata de remédio, mas de remendo. Vai-se o grotesco, fica o muito ruim.

Ermírio: Siderurgia poderá falir

SÃO PAULO — O empresário Antônio Ermírio de Moraes defendeu ontem a supressão do turno de seis horas de trabalho ininterrupto aprovado pela Constituinte, pois, segundo disse, esse será um fator que poderá sucatar toda a siderurgia nacional, dela retirando qualquer possibilidade de desenvolvimento. Ele advertiu que a manutenção do dispositivo significará na prática a decretação da insolvência do parque siderúrgico e de outros setores da indústria que dependem de turnos de trabalho para o incremento de seu processo produtivo.

De acordo com o Superintendente do grupo Votorantim, o maior do setor privado industrial do País, a aprovação do turno de seis horas de trabalho ininterrupto provocará uma redução no nível de emprego: muitos empresários não terão como ampliar seus faturamentos para atender à nova legislação. Ele lembrou que um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), sob o título de "As seis horas que abalarão o País", deixou claro



Ermírio quer supressão de artigo

que não há empresa no Brasil que esteja preparada para atender à inovação.

— Por isso — disse Antônio Ermírio de Moraes —, uma revisão do que foi aprovado será fundamental para que o Brasil continue se desenvolvendo, pois não somente as siderúrgicas seriam afetadas mas também empresas que fabricam alumínio, automóveis e uma variedade de metais.

Direito de greve também preocupa

Cerca de 500 empresários se reunirão hoje em Brasília para discutir uma estratégia comum a ser seguida no segundo turno de votação da Constituinte. Entre os dispositivos que os empresários pretendem mudar na futura Carta está a definição da lei de greve, afirmou o Presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio de Janeiro, Amaury Temporal. Para ele, a falta de limitações da proposta aprovada no primeiro turno poderá levar a economia ao caos, pois ela admite paralisações de apoio e permite greve em setores essenciais.

Outra questão polêmica diz respeito ao turno ininterrupto de seis horas. Amaury Temporal se disse convencido de que a aprovação deste item levará a uma redução da eficiência da economia brasileira e não vê sentido em mantê-lo diante da estagnação que a indústria vem enfrentando.

Além disso, a União Brasileira de Empresários (UBE) também concentrará esforços para derrubar a licença-paternidade de oito dias.



Amaury Temporal: Limitar a greve

Por outro lado, Amaury Temporal informou que não há intenção de se rever a definição de empresa nacional, que desagrada às multinacionais. No entanto, ele admite uma discussão sobre a prioridade concedida às companhias brasileiras nas concorrências públicas. Os empresários também são contra a proibição de contratos de risco e a nacionalização do subsolo brasileiro.

Associação de bancos condena tabelamento

SÃO PAULO — A Associação Brasileira de Bancos Comerciais (ABBC), entidade que congrega 35 bancos de pequeno e médio portes, realizou uma ampla análise sobre o tabelamento dos juros e a anistia da correção monetária aos empresários que contrairam empréstimos durante o Plano Cruzado, chegando a conclusões que condenam a manutenção destes itens na nova Carta. Segundo o Presidente da ABBC, José Carlos Jacintho de Campos, estes temas

podem colocar em risco ou até mesmo fazer retroceder o desenvolvimento da iniciativa privada no País.

— O tabelamento de juros vai sacrificar a liberdade de ação do Governo ao eliminar um indispensável instrumento de administração da política monetária, e vai prejudicar o trabalho ao desequilibrar a equação poupança/investimento, podendo gerar crises inflacionárias ou crises de produ-

ção. Além disso, poderá provocar a canalização de recursos para fins pouco transparentes e informais, como especulação imobiliária ou cambial (mercado paralelo) — afirmou o Presidente da ABBC.

Sobre a anistia aos empresários inadimplentes, Jacintho de Campos afirmou ser inconcebível que sejam socializadas as perdas de "quem se atirou de corpo e alma numa empreitada pessoal e particular, cujo objetivo era o lucro".

Governo se conforma com perda de receita

BRASÍLIA — O Governo considera como fato consumado a perda de 23 por cento da receita líquida da União para os Estados e Municípios prevista pelo novo Sistema Tributário. Na reunião do Conselho Político, realizada ontem no Palácio da Alvorada, os líderes do Governo na Constituinte afirmaram que é praticamente impossível fazer qualquer alteração na nova sistemática de repartição da receita aprovada no primeiro turno.

Diante desta realidade, o Governo decidiu concentrar forças em outros dispositivos que pretende alterar no segundo turno da Constituinte. A estratégia do Governo para votação do segundo turno não foi definida, segundo o Líder do PFL, José Lourenço (BA), mas deverá obedecer o mesmo esquema de convencimento dos constituintes realizado quando da definição do sistema de governo e do mandato do Presidente Sarney.

Todos os Ministros que participaram do encontro se comprometeram a trabalhar junto às bancadas na Constituinte como nas duas outras ocasiões. Os contatos por telefone já foram iniciados e serão intensificados em conversas pessoais.

BB só dará crédito a quem não for anistiado

BRASÍLIA — O Presidente do Banco do Brasil (BB), Mário Berard, anunciou ontem que pretende dar tratamento diferenciado a pequenos e médios empresários urbanos e rurais que não se beneficiarem da anistia da correção monetária nos financiamentos contraiados durante o Plano Cruzado, caso esta seja aprovada pela Constituinte no segundo turno. Entretanto, ele ameaçou que quem for beneficiado não terá mais dinheiro do BB.

— O Banco do Brasil não pode jogar dinheiro pela janela — disse, justificando o corte do crédito aos possíveis beneficiários da anistia.

No entanto, Berard disse que acredita na rejeição da anistia pela Constituinte e que, por isso, resolveu com a Diretoria do Banco do Brasil não fazer mais a provisão sobre o balanço, anunciada por ele há 15 dias. Mas enquanto a Constituinte não der a decisão final sobre o assunto, Berard afirmou que todos os financiamentos para custeio e investimento para a agricultura ficarão suspensos. A previsão do Banco do Brasil era de um gasto de CZ\$ 200 bilhões para a safra 1988/1989 (CZ\$ 30 bilhões em junho; CZ\$ 40 bilhões em julho; CZ\$ 100 bilhões em agosto; e CZ\$ 30 bilhões em

setembro).

A anistia, segundo o Presidente do BB, terá um impacto no sistema financeiro de CZ\$ 377 bilhões, dos quais CZ\$ 128 bilhões são decorrentes de dois milhões de empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil. Da parte do BB, 1,3 milhão foram financiamentos no meio agrícola e 700 mil na área urbana. Até março, conforme os dados do Presidente do Banco do Brasil, o índice de inadimplência destes financiamentos chegava a 3,5 por cento. Com as discussões em torno da anistia na Constituinte, o Banco do Brasil passou a registrar em abril uma inadimplência histórica de 12 por cento.